

ESTADO DE SÃO PAULO

RUA XV DE NOVEMBRO - 686 - CENTRO-TELE/FAX (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 c-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

Pariquera-Açu, 03 de junho de 2022

PARIQUERA-ACU

Oficio nº 237/2022

Assunto: Retirada e substituição do Projeto de Lei de Complementar nº 01/2022.

Prezado Senhor:

Venho por meio desta solicitar a retirada e substituição do Projeto de Lei Complementar nº 01/2022, cuja cópia do novo projeto segue anexa.

Aproveito a oportunidade para elevar os protestos de estima e consideração.

Surário:

Atenciosamente

Wagner Bento da Costa

Prefeito Municipal

À sua Excelência o Senhor

Delmar Djalma Simões Jr.

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal

Pariquera- Açu

Ciente em 1 1 06 /2

Leitura em Plenário

A.quivar

Encarninhe-se

Sopia aos Vereadores
As Comissões

· A Diretoria Legislativa

« Ao Diretor da Contabilidade

: : > Tesoureiro

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 01 DE 02 DE JUNHO DE 2022.

MENSAGEM Nº 11 DE 02 DE JUNHO DE 2022.

Senhor Presidente, Nobres Vereadores.

Encaminhamos a Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei que Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 01 de 03 de fevereiro de 1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O presente projeto se se justifica para atualizar a legislação vigente, revogando-se a Lei nº 36/1998, permitindo-se a possibilidade de abonar também as sextas-feiras e segundas-feiras, bem como modernizando o instituto de banco de horas municipal.

A alteração proposta no artigo 16, § 1º, se faz necessária ante a dificuldade encontrada na atual redação do artigo relativo a posse do candidato aprovado em concurso público, necessitando que o empossamento seja realizado de maneira mais efetiva, para maior eficiência dos serviços que dependem do ingresso de novos servidores.

O contido na proposta do artigo 22, se justifica ante a dificuldade encontrada pelo município para a permanência de médico no cargo de diretor técnico, ante a necessidade de acúmulo legal, bem como pela indisponibilidade de profissionais desta área que possam permanecer em jornadas com cargas horárias sem qualquer tipo de flexibilidade.

A alteração dos artigos 44 e 45, se dão para compatibilização da lei municipal com o contido na Lei nº 8.112/90, artigos 40 e 41.

Assim, pugnamos dos senhores edis pela apreciação e aprovação necessárias.

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

Valemo-nos do ensejo para renovar a Vossa Excelência, assim como aos nobres dignos Vereadores que honram e dignificam esta Egrégia Casa Legislativa, a nossa manifestação de elevado apreço e consideração.

Pariquera-Açu, 02 de junho de 2022.

WAGNER BENTO DA COSTA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 01 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 01 de 03 de fevereiro de 1997 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU, ESTADO DE SÃO PAULO FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica alterado o artigo 16, § 1º da Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, nos seguintes termos:
- "§ 1º A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento, sendo prorrogável apenas uma vez, por igual período, mediante autorização da autoridade competente pelo empossamento".
- Art. 2º Fica alterado o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, nos seguintes termos:
- " Parágrafo único o ocupante no exercício de cargo em comissão poderá ser convocado sempre que houver interesse e relevância à administração pública."
- Art. 3º Fica alterado o artigo 44 da Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, nos seguintes termos:
- " Art. 44 Vencimentos é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei."
- Art. 4º Fica alterado o artigo 45 da Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, nos seguintes termos:
- " Art. 45 Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei".
- Art. 5º Fica alterado o artigo 73 da Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, nos seguintes termos:

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

- " Art. 73 O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho e com 100% (cem por cento) aos domingos e feriados."
- Art. 6º Fica acrescido o artigo 74-A à Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, com a seguinte redação:
- " Art. 74-A A Administração Pública Direta poderá compensar as horas extras realizadas pelos servidores públicos por meio de banco de horas.
- § 1º Considera-se serviço extraordinário de trabalho aquele prestado em período que exceda a carga horária de trabalho definida em lei para o cargo ocupado pelo servidor.
- § 2º A concessão de folga laboral, a título de compensação de banco de horas extras, deverá ser concedida, preferencialmente, dentro do mesmo exercício financeiro.
- § 3º Em caso de exoneração ou rescisão do contrato de trabalho, as horas extras registradas para o fim de compensação por folga laboral serão convertidas em pecúnia.
- § 4º A regulamentação deste artigo será objeto de ato infralegal ao encargo de cada Poder."
- Art. 7º Fica acrescido os artigos 113-A e 113-B à Lei Complementar nº 1 de 3 de fevereiro de 1997, com a seguinte redação:
- " Art. 113 A O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, com a devida justificação da falta ao superior hierárquico, no primeiro dia em que comparecer ao órgão, sob pena da falta ser considerada injustificada.
- §1º O superior hierárquico destinatário da justificação da falta decidirá no prazo de 7 dias sobre o caso, sob pena de aceitação tácita.
- §2º Para justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.
- §3º Decidido o pedido de justificativa da falta, será o requerimento encaminhado ao setor competente de recursos humanos para as devidas anotações.
- §4º Em caso de decisão favorável a falta justificada, o dia será descontado de seus vencimentos, além de ser computado para fins

ip

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-900 - e-mail gabinete@parigueraacu.so.gov.br.

do artigo 103, inciso III, desta lei, não sofrendo o funcionário qualquer tipo de punição.

Art. 113 – B - As faltas ao serviço em razão de doença ou acidente de igual importância poderão obter o abono, desde que acompanhadas de atestado médico ou mediante apresentação de justificativa, devendo-se o servidor comunicar ao superior hierárquico logo que possível.

§1º Em caso de deferimento do abono, o funcionário terá direito ao vencimento correspondente aquele dia de trabalho".

Art. 8º Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 36/1998.

Pariquera-Açu, 02 de junho de 2022.

WAGNER BENFO DA COSTA Prefeito de Pariguera-Açu

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 - Centro - Telefone: (13) 3856-7100 - CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariguersacu.sp.gov.br.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 01 DE 02 DE JUNHO DE 2022.

JUSTIFICATIVA

Esta proposta se justifica para atualizar a legislação vigente, revogando-se a Lei nº 36/1998, permitindo-se a possibilidade de abonar também as sextas-feiras e segundas-feiras, bem como modernizando o instituto de banco de horas municipal.

A alteração proposta no artigo 16, § 1º, se faz necessária ante a dificuldade encontrada na atual redação do artigo relativo a posse do candidato aprovado em concurso público, necessitando que o empossamento seja realizado de maneira mais efetiva, para maior eficiência dos serviços que dependem do ingresso de novos servidores.

O contido na proposta do artigo 22, se justifica ante a dificuldade encontrada pelo município para a permanência de médico no cargo de diretor técnico ante a necessidade de acúmulo legal, bem como pela indisponibilidade de profissionais desta área que possam permanecer em jornadas com cargas horárias sem qualquer tipo de flexibilidade.

A alteração dos artigos 44 e 45, se dão para compatibilização da Lei Municipal com o contido na Lei nº 8.112/90, artigos 40 e 41.

Pariguera-Açu, 3 de junho de 2022.

WAGNER BENTO DA COSTA

Prefeito